

Independência do Brasil foi inovadora ou tradicional?

Agência Senado

Quando se declarou independente de Portugal, o Brasil optou por preservar características que vinham do período colonial: a forma monárquica de governo, a dinastia de Bragança no poder, a unidade territorial, a economia agrária de exportação e a escravidão de origem africana.

De acordo com historiadores, seria simplista descrever a emancipação brasileira como exclusivamente conservadora. O processo foi complexo. Muitos aspectos do Brasil, de fato, se conservaram. Outros tantos, contudo, mudaram de forma revolucionária.

Em 7 de setembro de 1822, surgiu um sentimento de brasilidade

No aspecto político, a revolução saliu aos olhos. Em 7 de setembro de 1822, um país novo surgiu e um sentimento de brasilidade até então inexistente começou a se formar.

Antes da Independência, as capitânicas mantinham pouca ou até nenhuma conexão entre si. O Pará, por exemplo, se relacionava mais com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Além disso, a população não se enxergava como brasileira, mas como portuguesa da América ou, no máximo, fluminense, paulista, pernambucana, "bahiense" etc.

Por essa razão, o que os revolucionários da Inconfidênciamina plenejaram em 1789 foi que apenas a capitania de Minas Gerais se tornasse independente, e não a América portuguesa toda. A integração nacional teve que ser construída a partir de 1822, ainda que aos poucos, para que o Brasil independente vivesse. Não foi algo natural.

Outro aspecto de ruptura residu nos poderes do monarca. Apesar de D. Pedro I ser filho do rei lusitano, não se pode dizer que houve continuidade, já que a Monarquia implantada no Brasil foi bem diferente da que vigorava em Portugal. D. João VI, como representante do velho absolutismo, mandava e desmandava a seu bel-prazer. D. Pedro I, não.

O historiador Antônio Barbeza, professor da Universidade de Brasília (UnB) e consultor legislativo do Senado, explica:

"D. Pedro I chegou ao poder no pós-Revolução Francesa, na onda do liberalismo político, da qual nem seu pai, já em Lisboa, escaparia. O Brasil nasceu como uma Monarquia constitucional representativa, e não absolutista. O imperador precisou submeter-se a uma Constituição e repartir o poder com um Parlamento eleito por cidadãos. Isso não foi algo trivial e, com adaptações, se mantém no Brasil até hoje. Na época, foi uma novidade tão grande que motivou crises durante todo o Primeiro Reinado e levou à abdicção de D. Pedro, em 1831."

HISTÓRIA REVELADA

Independência do Brasil foi inovadora ou tradicional?

Historiadores admitem que, apesar de conservar aspectos do período colonial, como a escravidão, o movimento também teve seu lado revolucionário



Escravidão trabalhava em mina de ouro no Brasil; manutenção dos trabalhadores escravizados foi um dos aspectos conservadores do Brasil autônomo. Mesmo assim, a escravidão pós-Independência não foi exatamente igual à escravidão pré-Independência

Também foi inovador o caráter dado aos cidadãos brasileiros pela primeira Constituição, outorgada por D. Pedro I em 1824. Nos tempos do absolutismo, a lei fazia distinção entre ricos e pobres, nobres e ple-

beus. As Ordenações Filipinas, código legal que se aplicava a Portugal e seus territórios ultramarinos, autorizavam o marido a matar tanto sua mulher traidora e quanto o amante

dela. Havia uma única exceção: sendo o marido traído um "peão" e o amante de sua esposa um homem "de maior qualidade", o assassino poderia ser condenado a três anos de desterro na África.

A escravidão antes e depois dos acontecimentos de 1822

Antes de 1822, a escravidão esteve ligada ao mercantilismo e teve menor escala, utilizada principalmente na mineração do ouro e na plantação da cana-de-açúcar e do algodão. Depois, integrou-se ao nascente capitalismo industrial, com o Brasil posicionado no mundo como exportador de café, e exigiu mão de obra muito mais numerosa. Após a Revolução Industrial, o café deixou de ser item de luxo e se transformou em produto popular do mercado capitalista, além de ter servido de estimulante para que os operários das novas indústrias americanas e europeias suportassem os jornadas de trabalho extenuantes. Antes de 1822, quase não se questionava no Brasil a existência do

trabalho cativo. Depois da Independência, os questionamentos surgiram dentro e fora do país, e o poder político nacional precisou agir para neutralizar os defensores da abolição e garantir a sobrevivência da escravidão. "A Independência foi um projeto fortemente centrado na continuidade da escravidão. Para quem viveu aquele momento, tratou-se de manutenção. Para nós, que hoje podemos enxergar todo o processo histórico, trata-se de renovação, transformação. Com a Independência, incluiu-se no Brasil um novo tipo de escravidão", analisa Pimenta, da USP, acrescentando que essa exploração ligada ao mercado capitalista é conhecida no meio

acadêmico como segunda escravidão. Os velhos livros distorcidos de história costumavam descrever a Independência do Brasil como um processo único, uma verdadeira jacobinada, quase uma aberração. Os autores, para comprovar a tese, comparavam a América portuguesa com a América espanhola, que, ao tornar-se independente, mergulhou em guerras civis, aboliu o trabalho servil, pulverizou-se em diversos países e adotou o modelo republicano. Hoje se sabe que a Independência do Brasil envolveu, sim, confrontos armados. O jornalista Lorenzo Nossa, autor do livro As Guerras da Independência do Brasil (Editora Contexto), afirma: "Houve violência e correu muito sangue".

Isso mudou. Graças ao liberalismo da Constituição de 1824, todos os cidadãos se tornaram - ao menos no papel - iguais perante a lei. No passado colonial, até os descendentes do criminoso poderiam também ser castigados. No Brasil imperial, as punições passaram a ser exclusivamente individuais.

A historiadora Neuma Brilhante, professora da UnB e autora de um capítulo do livro recém-lançado Várias Faces da Independência (Editora Contexto), lembra que a igualdade legal abrangia até mesmo as pessoas negras:

"É certo que o Brasil surgiu como um país escravista, mas não houve leis que segregassem uma parte da população especificamente por causa da cor da pele. Isso pode ser considerado uma novidade. Não há como negar, claro, que havia racismo na vida prática. Legitimamente falando, porém, todos eram iguais. No Brasil, as leis não podiam ser usadas para impedir que pessoas não brancas estudassem, ocupassem empregos públicos ou frequentassem determinados lugares. Não foi assim nos Estados Unidos. Nos países da América espanhola, as leis mantiveram os indígenas em posição social subalterna."

A primeira Constituição do Brasil, ao mesmo tempo, teve aspectos conservadores em relação à cidadania. Só tinha direito a voto quem contasse com renda anual de pelo menos 100 mil réis ou, a depender da votação, 200 mil réis. Para ser eleito deputado, o mínimo eram 400 mil réis. Para senador vitalício, 800 mil réis. Os homens que não tinham renda suficiente, assim como todas as mulheres, se encaixavam na sociedade como cidadãos de segunda categoria. Os escravizados simplesmente não eram cidadãos.

"Por mais abrangente que seja, nenhuma revolução se faz totalmente de transformações. Sempre existem aspectos de conservação", afirma o historiador João Paulo Pimenta, professor da Universidade de São Paulo (USP) e autor do livro Independência do Brasil (Editora Contexto).

A manutenção dos trabalhadores escravizados, naturalmente, foi um dos aspectos conservadores do Brasil autônomo. Mesmo assim, ressaltava o historiador, a escravidão pós-Independência não foi exatamente igual à escravidão pré-Independência.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Brasil/Mundo Caderno: A Pagina: 10